

Jumbo: "a batalha terminou"

Bem humorado, Delfim anuncia que os dólares que faltavam já estão assegurados

Washington - "Não haverá mais batalhas", previu ontem o ministro do Planejamento, Delfim Netto. "Precisaremos usar a imaginação para encontrar novas batalhas", acrescentou, irônico, ao comentar o fechamento do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões. Delfim, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, assinam sexta-feira, em Nova Iorque, o jumbo com os representantes de cerca de 700 credores. Os últimos detalhes estão sendo acertados entre Pastore e o coordenador geral das negociações, William Rhodes, do Citibank.

Depois dos 35 minutos da última "visita de cortesia" do dia, ao secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, Delfim jantou com o representante brasileiro no Fundo Monetário Internacional, Alexandre Kafka. Segundo se observou, Delfim após encontro com Regan estava "sereno, tranquilo e bem humorado", diferente daquele que chegara de Nova Iorque depois dos árduos rounds finais da luta com os banqueiros internacionais.

Antes do jantar, afinal, Delfim e Galvêas haviam examinado, com o diretor do FMI, Jacques de Larosière, a situação financeira do Brasil e a possibilidade de efetivar as negociações brasileiras com os bancos comerciais, a fim de fechar, ainda nesta semana, o novo empréstimo no valor de US\$ 6,5 bilhões. Segundo Pastore, o empréstimo seria fechado assim que fosse conseguido o compromisso dos últimos 90 milhões de dólares que ainda faltavam para completar os 6,5 bilhões, cuja demora foi atribuída à reticência de alguns bancos americanos.

RESISTÊNCIA

A resistência maior ao fechamento do jumbo partiu dos bancos menores, que, num drama de suspense, até os últimos instantes se fizeram surdos aos argumentos dos bancos grandes de que "não há negócio sem risco". Outro argu-

mento: banqueiros que "aplaudem lucros" têm o dever de "topar às vezes uma pequena parcela de sacrifício".

Foi só quando os banqueiros totalizaram compromissos de US\$ 6 bilhões, na semana atrasada, que se pôde constatar que fora atingida a "massa crítica" do empréstimo. Dos US\$ 6,5 bilhões, US\$ 3 bilhões serão usados para pagar atrasados comerciais, principalmente juros de empréstimos antigos. Apenas daqui a cinco anos é que o Brasil começará a pagar o principal desses atrasados e o próprio jumbo de agora. Além de cobrir atrasados, o atual empréstimo facilita a "regularização dos pagamentos" e "estabelece parâmetros" de comportamento financeiro internacional.

Para conquistar as boas graças dos banqueiros e ter o seu "espaço para crescimento", o Brasil teve de reduzir o déficit público, contendo gastos; investir na agricultura (para ter excedentes exportáveis); e diminuir a dependência externa de fontes de energia, poupando na importação de petróleo, esforçando-se para abrir mais poços e investindo na produção do álcool.

Ao mesmo tempo, decuplicou a produção de carvão mineral. E agora que estão quase prontas as hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, poderão ser economizados US\$ 500 milhões — que serão gastos em 1984 —, prolongando-se a construção das linhas de transmissão, sem prejuízo.

Quando os repórteres assinalaram que o menor uso de petróleo decorrerá da recessão, os assessores brasileiros — incumbidos de dar explicações à imprensa pelo próprio ministro Delfim Netto, que se esquivou — retrucaram que essa causa "só foi parcial".

Adiantaram ainda que o Governo vai permitir um aumento de 15 por cento nas importações do setor privado para "contribuir ao crescimento" e procurar obter neste ano um superávit de US\$ 9 bilhões ou mais na balança comercial. As importações se concentrarão em insumos selecionados, tecnologia e matérias-primas especializadas.